

O PRONOME NA *GRAMMATICA PORTUGUEZA*, DE ALFREDO GOMES

Jéssica Tavares¹

RESUMO

O presente artigo tem como finalidade descrever a concepção de pronome na obra *Grammatica portugueza* (1920 [1887]), cujo autor é Alfredo Gomes (1859-1924). Compreender a abordagem atual de pronome, o que mudou na concepção de hoje, em quais pontos esta última diverge da posição de um gramático do século XIX, somente é possível mediante pesquisa de cunho historiográfico. Nesse intuito, este trabalho visa a contribuir para uma melhor análise da gramaticografia brasileira do português, em especial no que diz respeito ao estudo do pronome como classe gramatical.

Palavras-chave: Gramática, Alfredo Gomes, Pronome.

ABSTRACT

This paper aims to describe the pronoun use in the *Grammatica portugueza* (1920 [1887]), by Alfredo Gomes (1859-1924). In order to understand the current approach of the pronoun and in which aspects it has changed from the ideas of the 19th century grammarians, it must be followed the path of the historiographical research. this paper aims to contribute to a better analysis of the Brazilian grammaticography of Portuguese, particularly with regard to the study of pronouns as a grammatical part of the speech.

Key words: Grammar, Alfredo Gomes, Pronoun.

Introdução

As antigas abordagens sobre o emprego do pronome na língua portuguesa irão proporcionar ao estudioso e ou professor do tema maior entendimento sobre essa classe gramatical, ampliando-se dessa forma o conhecimento sobre o tema em sua prática de pesquisa e educacional.

Esta pesquisa historiográfica, fruto da minha dissertação de mestrado, atentou para os princípios postulados por Konrad Koerner (1995), a saber: o da contextualização, o da imanência e o da adequação.

Ao contextualizar a obra, o pesquisador oferece ao leitor o clima de opinião da época em que fora elaborada a gramática, uma vez que a obra analisada não pode ser destituída do

¹ Doutoranda no Programa de Estudos Linguísticos, da Universidade Federal Fluminense (UFF).

seu contexto histórico-cultural, do pensamento linguístico, da situação socioeconômica e política do século XIX.

No princípio da imanência, levantei informações, de maneira que se obtenha uma ampla compreensão do texto. As informações referentes às teorias linguísticas e ao contexto histórico da época impedem, pois, que o pesquisador interfira com suas concepções atuais no momento de interpretar um texto do passado.

O princípio da adequação trata da reaproximação, durante o processo de interpretação, de um texto com as teorias e terminologias da atualidade, ajudando, dessa forma, o leitor moderno no seu entendimento.

O século XIX

Em primeiro lugar, é preciso lembrar que numa época em que as notícias chegavam lentamente de um lado a outro, houve, contraditoriamente, muitas mudanças no Brasil e no mundo em todos os setores.

Enquanto, na Europa, as mudanças sociais e políticas já vinham ocorrendo desde o final do século anterior, sobretudo com a ascensão da burguesia ao poder e a revolução industrial, no Brasil sua transformação ocorria de forma mais lenta, embora a sociedade também mudara e a aristocracia e o clero tiveram seu poder reduzido.

Cinco anos após a chegada da Corte de D. João VI, criou-se o primeiro teatro brasileiro, que muito contribuiu para a construção da identidade da população. A elevação do Brasil à categoria de Reino Unido, ao lado de Portugal e de Algarves, em 1815, e a criação, em 1816, da Academia de Belas Artes do Rio de Janeiro também serviram de alicerce da futura nação brasileira.

No ano de 1821, D. João VI deixa o Brasil e em seu lugar assume D. Pedro I. Nesse mesmo período foi fundado *O Diário do Rio de Janeiro*, o primeiro jornal informativo do Brasil. pouco antes, a Imprensa Régia publicara a primeira gramática no Brasil, a *Arte de grammatica portuguesa* (1916), de Inácio Felizardo Fortes.

Um ano depois, mais precisamente em 7 de setembro de 1822, D. Pedro I declara a independência do Brasil, grande marco de mudança de mentalidade dos brasileiros. Com a

Independência, iniciava-se a emancipação política do Brasil e estimulavam-se novas reflexões sobre a língua nacional.

Em 1826, uma discussão sobre um projeto proposto pelo parlamento – em que os diplomas médicos fossem escritos em língua brasileira - levantou, mais uma vez, a questão da identidade brasileira. No ano seguinte, criaram-se as escolas de Direito em Olinda e em São Paulo, o que também contribuiu para a cultura e reafirmação da brasilidade (cf. Dias, 1996),.

No ano de 1831, mesmo com a abdicação de D. Pedro I - sabe-se que D. Pedro I abdicou do trono em favor de seu filho, menor de idade, para tentar amainar a crise que o Brasil atravessava naquele momento -, inauguram-se as faculdades de medicina do Rio de Janeiro e da Bahia.

Nessa década, tem-se no Brasil o início do movimento literário denominado Romantismo, que colocou a figura do índio como herói da literatura e, conseqüentemente, reforçou a busca da identidade brasileira. Esse movimento literário foi ganhando força em seus diferentes gêneros e em 1838 surgem as primeiras peças teatrais: "Antônio José" e "O juiz de paz na roça", de Gonçalves de Magalhães e Martins Pena, respectivamente.

Já em 1840, foi decretada a maioridade de D. Pedro II, embora ele ainda não tivesse 18 anos, conforme a Constituição do Império exigia. Esse fato político acelerou as mudanças na política brasileira e propiciou muitas discussões nas mais diversas áreas de conhecimento.

O manifesto comunista de Karl Max e Friedrich Engels, publicado em 1848 na Europa, teve grande repercussão no Brasil, principalmente para aqueles que pensavam numa transformação do país.

No ramo econômico, o dinheiro aumentou sua importância, acentuando ainda mais as diferenças entre as classes sociais. Além disso, em 1850 foi extinto o tráfico de escravos no Brasil. A economia, assim, sofreu mudanças com a abertura de portos para facilitar o comércio com outros povos.

A miscigenação das raças que povoaram o Brasil foi um fator relevante para o progresso intelectual e para o surgimento maior do sentimento de liberdade e de nacionalismo.

As artes e as ciências receberam influências mundiais e, ao passo que questionavam as estruturas de privilégio das classes dominantes, fortaleciam a cultura do povo brasileiro, as ideias nacionalistas e a busca das origens do país.

A literatura, tanto em Portugal como no Brasil, floresceu e assimilou as influências estrangeiras. No entanto, os estudos linguísticos caminhavam mais lentamente, conforme nos informa Sant'Anna Martins (*Apud* BASTOS e PALMA, 2004: 95):

Se a literatura do século XIX tem sido bastante estudada, o mesmo não acontece com a língua, pois a maior parte das histórias da língua portuguesa se detêm no século XVI ou XVII, um ou outro autor fazendo breve referência à educação do idioma nos anos oitocentos.

Poucos foram os estudos formalizados na área da gramática, pois havia muita discordância entre professores e estudiosos e o ensino era privilégio de poucos, em geral, daqueles que possuíam maior poder aquisitivo. Vale a pena lembrar que, até fins do século XVII, os gramáticos se baseavam em modelos greco-latinos e sua descrição seguia os pressupostos filosóficos e normativos.

Em meio a essas querelas linguísticas, surge a gramática de Frei Caneca (1972 [1875]) – um dos iniciadores da gramatização brasileira do português, mas que, por ter sido publicada postumamente, já quarto quartel do século, não pôde cooperar com esses debates iniciais sobre a língua.

O estudo da Gramática Comparada, a partir de 1833, especialmente com os estudos do linguista alemão Franz Bopp, intensificou o interesse dos românticos pelo passado. A Gramática Histórica também ganhou força, pois buscava explicar a formação e a evolução das línguas.

Assim, conforme já dito anteriormente, foram muitos os debates sobre a gramática, sua definição e sobre a ortografia, mas pouca formalização de estudos gramaticais. Dentre esses poucos estudos, encontram-se os realizados por Frei Caneca (*Breve Compendio da Grammatica Portugueza*, entre 1817 e 1818), Antonio da Costa Duarte (*Compendio da Grammatica da Lingua Portugueza*, de 1829) e Antônio Álvares Pereira Coruja (*Compendio da Língua Nacional*, de 1835).

A Historiografia foi outra área de estudo muito valorizada pelos nossos autores, na medida em que cultivavam esse gênero com o intuito de construir uma história nacional

brasileira e porque contavam com a aprovação de D. Pedro II, que buscava consolidar a cultura nacional.

A subjetividade característica da primeira parte do século XIX cede lugar à objetividade, à necessidade de investigar o comportamento humano. Nesse contexto, surge o pensamento filosófico das Ciências (Comte, Claude, Spencer, Darwin e Taine), que serviu de base para as reflexões filosóficas na segunda metade do século XIX.

O clima cultural da época girava em torno de uma concepção materialista, em que o homem, antes enaltecido pelos românticos, agora está sujeito aos mesmos princípios e leis do Universo. Essa concepção abrigou o Positivismo de Comte, que buscava valorizar os dados concretos e prováveis pela experiência. Foram os neogramáticos, seguidores do positivismo, que se destacaram nos estudos linguísticos nessa época. Os linguistas, então, descreviam os fatos da língua e os consideravam independentemente dos falantes.

Diversos campos do saber foram abordados a partir dos princípios positivistas e inúmeras pesquisas na área da Física, Química, Biologia e Medicina sofreram influência desse clima cultural. Outros dois importantes acontecimentos políticos decorreram do Positivismo, a saber: a abolição da escravatura e a proclamação da República.

Em relação à prosa literária, inaugura-se o movimento realista - outros movimentos, como o parnasianismo, o simbolismo e o impressionismo também se manifestaram -, que teve como representantes Gustave Flaubert (1821-1880), Eça de Queirós (1845-1900) e Aluísio de Azevedo (1857-1913). Após esse momento, tem-se o Naturalismo, de mesma linha científico-determinista, que teve em A. Azevedo um de seus maiores representantes.

Nesse clima repleto de insatisfações e de inovações científicas é que Julio Ribeiro (1845-1890) rompe com a tradição gramatical de orientação humanística e adota os princípios científicos já utilizados na Velha Europa em sua *Grammatica Portugueza*, de 1881. Começa, a partir de então, a produção de muitas gramáticas, dentre as quais podem ser citadas: *Serões Grammaticaes* (1890), de Ernesto Carneiro Ribeiro (1839-1920) e *Grammatica Descriptiva* (1922 [1894]) de Maximino Maciel (1866-1923).

Na década de 50 foi criada a Inspeção Geral da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte - órgão que determinava as matérias que deveriam ser ensinadas, preparava os professores primários, estabelecia normas para a liberdade de ensino, reformulava os estatutos dos colégios preparatórios, da Academia de Belas Artes, do Conservatório de Música e das Aulas de Comércio na Corte -, cujo objetivo era fiscalizar e orientar a educação pública e particular. No entanto, apesar de alguns avanços, a educação primária e secundária ainda era alvo de muitas reclamações. Em relação ao ensino secundário, este era restrito ao sexo masculino. Quanto ao ensino superior, havia vários cursos, porém isolados e teóricos.

A segunda fase da educação brasileira pode ser dividida em: período imperial e período republicano.

As mudanças sociais, políticas e econômicas (inauguração de bancos, estradas de ferro, linha telegráfica no Rio de Janeiro, abolição da escravidão etc.) pelas quais passou o Brasil, modificaram a situação da mulher na sociedade. Assim, apareceram as primeiras escolas secundárias femininas, com estudo de línguas modernas, ciências e pedagogia e, a Escola Normal passou a ter duração de três anos.

No período republicano houve um grande avanço no sistema educacional: a descentralização e laicidade do ensino, gratuidade para a escola primária, ampliação do tempo dedicado ao estudo (escola primária dos 7 aos 15 anos e a escola secundária passou a ter 7 anos).

No entanto, embora o país tivesse experimentado grandes conquistas teóricas, o ensino de língua continuou atrelado aos conhecimentos antigos solidamente estruturados.

O pronome em Alfredo Gomes

A obra de Gomes está dividida em duas partes, a saber: a morfologia (também chamada lexicologia) e a sintaxe. À morfologia corresponde o estudo da forma das palavras, enquanto que à sintaxe, o estudo da boa disposição das palavras na frase.

A morfologia compreende: a fonética, a prosódia ou ortoepia, a gráfica, a taxinomia, a camponomia e a etimologia.

Em relação à definição das áreas pertencentes ao campo da morfologia, o autor assim as define:

A “phonetica é o estudo dos sons em si, a prosodia, o estudo da pronuncia dos sons, reunidos ou não em vocabulo, a graphica, o modo de graphal-os, a taxinomia, a classificação das palavras, a campenomia, o estudo das flexões vocabulares e a etymologia, o estudo da origem e formação vocabular” (1920 [1887]: 8-9).

Mediante o critério taxionômico, as palavras podem ser classificadas em substantivo, artigo, adjetivo, pronome, verbo, particípio, advérbio, preposição, conjunção e interjeição, embora o gramático afirme que essa classificação poderia ser reduzida em sete categorias. Segundo ele, a interjeição, o artigo e o particípio poderiam ser suprimidos do estudo da taxionomia, pois a interjeição, conforme explicita, é um grito instintivo, já o artigo nada mais é do que um adjetivo determinativo e o particípio pode atuar tanto como artigo quanto como verbo.

Definição de pronome

Alfredo Gomes conceitua o pronome como “a palavra que substitui o nome” (1920 [1887]: 51). Entretanto, o gramático faz uma observação em que ressalta que o pronome pode também substituir um adjetivo, outro pronome, um membro de uma frase e também uma oração inteira, o que, segundo ele, não invalidaria a definição, uma vez que o nome pode ser substantivo ou adjetivo. Eis o exemplário de Gomes: Já fui bom, hoje não *o* sou; vi-*o* alegre; fulano é um favorito da família, beltrano nunca *o* foi; fale a verdade, manda-*o* a consciência² (1920 [1887]: 51).

Classificação pronominal

No que concerne à classificação pronominal, Gomes não estabelece a distinção entre pronomes substantivos e pronomes adjetivos. No entanto, ao abordar o tema dos adjetivos,

² Em Já fui bom, hoje não *o* sou e fulano é um favorito da família, beltrano nunca *o* foi, trata-se de pronomes com valor anafórico, conforme a metalinguagem atual.

menciona que estes podem ser empregados numa frase desacompanhados de um substantivo, recebendo por isso, o nome de adjetivos pronominais.

Inserem-se nos adjetivos pronominais os adjetivos demonstrativos, possessivos e indefinidos, conforme nos informa o gramático: “Os adjetivos demonstrativos, possessivos e indefinidos têm sido grupados debaixo da denominação de adjetivos pronominais, porque podem ser empregados sem substantivo claro”. (1920 [1887]: 60).

Tipologia pronominal

Os pronomes são classificados em pessoais, demonstrativos, conjuntivos-relativos, absolutos e indefinitos.³

PESSOAIS	Eu, me, mi, mi(m) Tu, te, ti ele, ela, lhe, o, as nós, nos vós, vos eles, elas, lhes, os, as se, si (pronomes de 3ª pessoa)
DEMONSTRATIVOS	Isto, isso, aquilo
CONJUNTIVOS-RELATIVOS	Que, o qual, quem, cujo, onde

³ Observa-se que na nomenclatura atual, as formas este, esse, aquele e suas flexões numéricas e genéricas incluem-se na classificação dos pronomes demonstrativos. Já os pronomes “conjuntivos-relativos” são atualmente conhecidos como pronomes relativos e os “indefinitos” são denominados indefinidos e algumas formas citadas pelo gramático (sicrano, fulano, beltrano, fuão, homem, al) não se enquadram mais nessa classificação.

ABSOLUTOS	Que, quem
INDEFINIDOS	alguém, ninguém, tudo, nada, outrem, fulano, sicrano, beltrano, fuão, homem (arcaico), a gente, al = outra coisa (arcaico), quem (repetido), qual (repetido) cada um, cada qual, um homem ou uma pessoa

Como se pode observar, o gramático não se preocupa em estabelecer a subdivisão dos pronomes pessoais em retos e oblíquos.

Para Gomes, não lhe soa lógico admitir a existência de pronomes reflexivos, uma vez que os outros pronomes pessoais também podem desempenhar essa função.

Os pronomes demonstrativos substituem o nome, indicam o lugar que os seres ocupam no espaço em relação às pessoas gramaticais. A forma ‘isto’ refere-se à primeira pessoa e assinala um objeto que está perto da pessoa que fala; a forma ‘isso’ refere-se à segunda pessoa e, assim, indica o objeto que está perto da pessoa com quem se fala; o pronome ‘aquilo’ está relacionado com a terceira pessoa, assinalando, portanto, o objeto situado longe da pessoa que fala.

Os pronomes ‘que’ e ‘quem’ são considerados absolutos quando empregados numa frase interrogativa ou não, sem referência a um termo anterior.

Funções sintáticas

O pronome pode atuar como sujeito da oração, predicativo⁴, objeto direto, objeto indireto, partícula de realce e plural de modéstia.

Os pronomes pessoais ‘eu’, ‘tu’, ‘ele’, ‘nós’, ‘vós’, ‘eles’, ‘elas’ podem desempenhar a função de sujeito. Sempre que possível, eles podem ser suprimidos, visto que tal supressão

⁴ “Predicativo é o termo que completa a significação de um verbo, incorporando-se a elle e vindo o conjuncto a exprimir estado ou phenomeno (passageiro ou habitual)” (Gomes, 1920 [1887]: 291).

difícilmente resultará em ambiguidade ou obscuridade. Além disso, podem também atuar pleonasticamente quando o objetivo for reforçar a ideia.

Ex.: Não façam a outrem o que não queres que *te* façam a *ti* (338).

Estas mesmas formas pronominais pessoais podem, além disso, atuar como predicativo. Também podem desempenhar essa função as formas ‘o’, ‘a’, ‘os’, ‘as’. Ex.: Eu si fosse *elle*, abraçava-te logo; Já fui tolo uma vez; queres que *o* seja de novo? (336).

As formas oblíquas ‘me’, ‘te’, ‘nos’ e ‘vos’ podem atuar como objeto direto e indireto. As formas ‘lhe’, ‘lhes’ somente podem atuar como objeto indireto e as formas ‘o’, ‘a’, ‘os’, ‘as’ atuam como objeto direto ou como predicativo. Ex.: Dize-*me* quem *te* feriu; Já *lhe* falo; desejo antes ver-*lhe* o rosto; Essa vontade não t’*a* faço eu! (336).

Os pronomes ‘nós’, ‘vós’, ‘ele’, ‘ela’, ‘eles’, ‘elas’, quando acompanhados de preposição atuam como objetos indiretos, segundo o autor (Gomes, 1920, p. 338). Ex.: Nem elle entende *a nós* nem nós *a elle*; Selvagem mais que o bruto Polyphemo.

Outra função do pronome, quando regido pela preposição, é desempenhar a função de adjunto relativo ou terminativo (completa o sentido especial de um substantivo, adjetivo e de alguns advérbios) e também de adjunto restritivo (limita o sentido do substantivo). Ex.: Tu não és amigo de ninguém (pronome indefinido); As consequencias disto são terríveis (323).

O pronome ‘se’ é, normalmente, empregado como objeto direto. Há casos, entretanto, em que pode figurar como indireto, embora pareça galicismo. Gomes (1929 [1887]: 337) nos oferece apenas o exemplo do ‘se’ como objeto indireto:

O rapaz deu-se pressa em fazer... (C. Br.) (337)

As flexões pronominais ‘mim’, ‘ti’, ‘si’ aparecem sempre regidas de preposição. Do mesmo modo, as formas ‘migo’, ‘tigo’, ‘sigo’, ‘nosco’ e ‘vosco’ são sempre regidas pela preposição ‘com’.

A incorporação da preposição ‘com’ nas formas citadas acima se deu de maneira tão precisa que, na linguagem atual, o falante natural da língua não percebe sua inserção.

As formas pronominais ‘me’, ‘te’, ‘lhe’, ‘nos’, ‘vos’ podem apresentar-se combinadas com as formas objetivas conjuntivas ‘o’, ‘a’, ‘os’, ‘as’.

Na modalidade atual da língua, emprega-se cada vez menos a combinação dos pronomes. Tal fenômeno pronominal carece de explicações científicas que possam comprovar

e explicar seu pouco uso no português brasileiro. Ex.: *Ella vol-os deu... Que lindas mangas! Queres vender-m 'as?* (338)

As formas pronominais quando presas ao verbo, podem, muitas vezes, funcionar como partícula de realce (pronome expletivo). Ex.: *Prendam-me este ladrão.*(339)

O pronome ‘me’, nesta situação, não possui real valor sintático e sua ausência, portanto, não compromete o sentido da frase.

O pronome ‘nós’ pode ser empregado no lugar do pronome ‘eu’, quando se quer dar autoridade às próprias palavras ou como plural de modéstia. Neste último caso, os adjetivos e os participípios aos quais se refere podem ficar no singular. Ex.: *Nós mandamos...* (339)

Do mesmo modo, o pronome ‘vós’ pode substituir o pronome de 2ª pessoa do singular ‘tu’, em situações mais cerimoniais. Esse pronome recebe, então, a denominação ‘pronome de respeito’. Ex.: *Peço-vos a minha nomeação* (341).

Outras formas pronominais, de 2ª pessoa, tidas como pronomes de respeito são *Você, Vossa Mercê, o Sr., Vossa Senhoria, Vossa Excelência, Vossa Alteza, Vossa Majestade, Vossa Santidade, etc.*, usamos mediante o critério de maior ou menor familiaridade ou cerimônia que se tem com as pessoas. Esses pronomes por possuírem a forma de 3ª pessoa do singular exigem o verbo nessa mesma pessoa, embora sejam eles, em sua essência, pronomes de 2ª pessoa.

Ex.: *V. Sª é cruel e V. Exª de balde se mostra benigna para comigo.*

Não há na obra referência ao emprego dessas formas pronominais de respeito, isto é, não se sabem as pessoas as quais correspondem essas formas de tratamento.

É possível empregar uma forma de tratamento em que não haja grande familiaridade, nem muita cerimônia. Para isso, deve-se omitir o pronome e empregar a 3ª pessoa verbal sem sujeito claro. Ex.: *Quer isto? Serviu já de presidente em minha ausencia?* (343)

No tocante aos pronomes relativos, as formas ‘que’, ‘cujo’, ‘o qual’ referem-se indiferentemente à pessoas, animais, coisas animadas ou inanimadas. A forma *onde*⁵, também relativa, refere-se, porém, somente à coisas, embora algumas autoridades lhe atribuam outros empregos, não exemplificados pelo autor.

⁵ O pronome ‘onde’, quando relativo, na metalinguagem atual e segundo a norma padrão da língua, retoma um antecedente lugar.

A forma relativa ‘quem’ refere-se, normalmente, à pessoas, no entanto, há registros de clássicos que permitem o contrário. Ex.: Da mesma demonstração usou Hortencio orador com outra lampreia morta; e Antonio Drusi com outra a *quem* costumava enfeitar com arrecadas e gargantilhas (M. Bernardes) (344).

Mas aquella fatal necessidade

De *quem* ninguém se exime dos humanos... (Camões)

Os pronomes absolutos são ‘que’ e ‘quem’, quando empregados sem referência a um termo anterior. Porém, Gomes chama a atenção do leitor para a forma ‘cujo’, que já fora empregada nas interrogações sem antecedente. Ex.: Cujo filho és? (Camões) (344)

O pronome absoluto ‘quem’ assume muitas vezes o sentido de ‘aquele quem’ e, pode também, representar ‘aquele a quem’. Ex.: Quem (aquele que) me avisa, meu amigo é. (provérbio); Quem (aquele a quem) dóe o dente, vai á casa do barbeiro. (provérbio) (344)

‘Cujo’ também representa, ainda que esporadicamente, ‘aquele + de quem’, ou ‘dos quais’. Ex.: Em nosso espirito somos criados com a vontade de *cujos* havemos de ser. (Bern. Ribeiro) (344)

‘Cujo’ admite a preposição ‘de’; equivale a ‘do qual’, ‘da qual’ etc., mas pode também ser precedido por essa mesma preposição se esta estiver regendo o termo conseqüente do relativo. Ex.: O menino de *cuja* intelligencia falavamos, chama-se Henrique (isto é: da intelligencia do qual falavamos etc.) (344).

Pronomes com função adjetiva

Os pronomes, conforme nos mostra a *Grammatica portugueza*, não desempenham a função adjetiva visto que o pronome tão somente substitui o nome. Porém, as palavras denominadas ‘adjetivas’ apresentam a função de acompanhar o substantivo, seja revelando qualidades, seja estado, seja determinando-o.

O atual conceito de pronome adjetivo atribui-se àquele pronome sempre empregado junto de um substantivo, com o qual concorda em gênero e em número. Enquanto que o pronome substantivo aparece isolado na frase e desempenha a função de um substantivo.

Características morfológicas do pronome

Os pronomes podem flexionar-se em gênero, número e caso. A flexão de gênero não é comum a todos os pronomes, a numérica existe em quase todos, e a casual, embora não se trate de uma flexão propriamente vernácula, aparece exclusivamente nos pronomes pessoais. Normalmente, o gênero e o número dos pronomes regulam-se pelos dos substantivos.

Os pronomes ‘eu’ e ‘tu’ são invariáveis porque não há necessidade de designar o sexo, visto que a pessoa que fala e a com quem se fala estão presentes no ato da comunicação. O mesmo, no entanto, não ocorre com o pronome ‘ele’, que carece de flexão distintiva genérica, por representar pessoa ou objeto ausente.

‘Eu’ e ‘tu’ não apresentam, ademais, flexão numérica. E o pronome ‘nós’ não corresponde ao plural de ‘eu’, uma vez que ‘nós’ pode ser igual a ‘eu + tu’, ‘eu + ele’, ‘eu + vós’, ‘eu+eles ou elas’. O pronome ‘vós’ também não é plural de ‘tu’, porque ‘vós’ pode ser igual a ‘tu+ tu’, mas também a ‘tu + ele ou ela’ ou ‘tu + eles ou elas’.

Há formas pronominais portuguesas oriundas de quase todos os seis casos latinos: nominativo, genitivo, dativo, acusativo e ablativo. Esses pronomes, assim, podem ser quase declinados:

Nom.	Gen.	Dat.	Ac.	Abl
–	–	–	–	–
Eu	X	mi (m) , me	me	mi
Tu	–	ti, te	te	ti
Ele, ela	–	lhe	o, a	–
Nós	–	nos	nos	nos
Vós	–	vos	vos	vos
Eles, elas	–	lhes	os, as	–
–	sui	si, se	se	si

Os pronomes relativos- conjuntivos ‘que, quem, onde’ são invariáveis; ‘o qual’ varia somente em número. O pronome ‘cujo’ varia em gênero e número (cujos cuja, cujas). ‘Quem’ pode assumir a forma ‘aquele que’, ‘cujo’ leva a preposição ‘de’ e significa ‘do qual, da qual, dos quais, das quais’; ‘onde’ leva a preposição ‘em’ e pode ser substituído por ‘no qual, na qual, nos quais, nas quais’.

Os pronomes admitem flexão gradativa, quando se quer expressar carinho, ternura ou sentimento pejorativo. Ex.: elezinho, istozinho, aquilozinho (93).

A descrição do pronome relativo

Os pronomes relativos-conjuntivos recebem essa denominação por serem simultaneamente palavras nominativas e conectivas, ou seja, além de representarem seres, ligam sentidos (1920 [1887]:47). Eles lembram a ideia de um nome anterior. São eles: ‘que’, ‘o qual’, ‘quem’, ‘cujo’ e ‘onde’.

Os pronomes relativos ‘que’, ‘cujo’ e ‘o qual’ se referem a pessoas, animais, coisas animadas e inanimadas indiferentemente. O pronome ‘onde’ era empregado fazendo referência a coisas, apesar de as autoridades da época não aceitarem esse emprego.

A forma pronominal ‘quem’ refere-se, sobretudo, à pessoas, mas há exemplos clássicos que permitem seu emprego para coisas.

Os pronomes absolutos são ‘que’ e ‘quem’, mas a forma ‘cujo’⁶ empregava-se sem antecedente até nas interrogações: *Cujo filho és* (344).

Já a forma ‘quem’ exerce o sentido de ‘aquele que’ e, pode também, representar ‘aquele a quem’, conforme atestam os exemplos: *Quem* (aquele que) *me avisa*, *meu amigo é*; *Quem* (aquele a quem) *dóe o dente*, *vai à casa do barbeiro* (344).

A forma ‘cujo’⁷ também pode representar a síntese de ‘aquele + de quem’, embora isso raramente ocorra: “...em nosso espirito somos criados com a vontade de *cujos* (aquelles de quem ou dos quaes) *havemos de ser*”(Bernardo Ribeiro).

⁶No atual português do Brasil, não se emprega o pronome *cujo* e suas flexões como pronome interrogativo,mas tão somente como pronome relativo.

⁷Os pronomes relativos regem única e exclusivamente o termo antecedente e, dessa forma, exigem a presença de um termo antecedente, segundo a nomenclatura atual.

Esse pronome encerra em si a preposição ‘de’ e equivale à ‘do qual’, ‘da qual’ etc, mas, pode vir precedido da mesma preposição ‘de’ caso esta esteja regendo o conseqüente do relativo, como no seguinte exemplo: O menino de *cuja* intelligencia falávamos, chama-se Henrique (da intelligencia do qual falávamos, etc).

Colocação dos pronomes

Os pronomes pessoais podem ser colocados antes ou depois do verbo, conforme sua função de sujeito ou objeto e também conforme a construção da frase. A colocação obedece primordialmente à seguinte regra:

Nunca se deve começar a oração pelas flexões pronominais conjuntas ao verbo e tampouco é correto uni-las aos particípios passados.⁸Ex.: Me deixe sossegado; Elle tinha dado-me o livro (346).

O pronome pessoal sujeito aparece geralmente antes do verbo, mas pode ser colocado depois dele quando:

- a) Nas orações interrogativas, optativas e exclamativas. Ex.: Que dizes *tu* deste negocio? Quizera *eu* ver-te feliz! Fosse *eu* o chefe! Venha *elle* falar-me e verá!
- b) Nas orações imperativas em que venha claro o sujeito que se costuma omitir: Se queres que te ouça, ouve-me *tu* primeiro. (M. Bernardes)
- c) Nas linguagens em –ndo: E vendo *eu* quão estimados eram os historiadores...(Diogo do Couto)
- d) O verbo estiver no infinitivo pessoal: Deixemo-nos estar, que de mandar *elle* os criados e fazer-se a obra, vai ainda muito tempo. (Bernardes)
- e) No estilo enfático: E que pó e que vento é este? O pó somos *nós* e o vento é a nossa vida. (Pe. Antonio de Sá)
- f) Nas orações intercaladas: Não temas, tornava *elle*, cobra animo! (M. Bernardes)

⁸ Essas regras de colocação pronominal ainda são descritas nos compêndios gramaticais de nossa língua.

- g) Por elegância se antepõe o predicado ou o objeto: Tal era *eu* quando... (Alex. Herculano) (347)

O pronome pessoal objeto coloca-se ordinariamente depois do verbo nos tempos simples, e depois do auxiliar nos tempos compostos (ênclise).

Em se tratando de objeto direto, indireto e partícula apassivadora, seu emprego é indiferente nas seguintes situações:

- a) Nas orações de infinitivo regido de outro verbo ou de preposição: Toda a Asia tremerá de ouvil-*o* (Gabriel de Castro); Deve-se fazer tudo com cuidado.
- b) Nas locuções verbais frequentativas: A historia *se* foi colligindo (Garret). Vou-*me* recobrando o susto.

O pronome pessoal, objeto direto ou indireto ou partícula apassivadora, emprega-se, de acordo com Gomes (1920, p. 348), antes do verbo ou do auxiliar (próclise) quando:

- a) Vier claro o sujeito, o pronome pessoal ou demonstrativo: Não me respondas com agravos, pois eu *te* obrigo com ternura. (Pe Antonio de Sá). Isto *me* obriga a obedecer-te.
- b) Depois de qualquer advérbio ou expressão negativa: Nunca *se* viu cousa igual. Nada *se* faz sem dinheiro.
- c) Depois de qualquer palavra ou locução relativa: A saudade é um mal de que *se* gosta e um bem que *se* padece (Francisco Manoel de Mello).
- d) Depois de palavras ou locuções condicionais, dubitativas e circunstanciais de modo, tempo, quantidade e lugar: Si os encontrares... Deste modo *se* vencem os appetites (M. Bernardes).
- e) Nas cláusulas de particípio presente regidas por *em*: Em *se* recolhendo foi recebido de todo o povo (Fr. Luiz de Souza).

Quando a forma verbal é proparoxítona deve-se evitar o uso de formas como diziamos-*lhe*, amasseis-*lo* e optar pela anteposição dos pronomes: nós *lhe* diziamos; vós *o* amasseis.

Quando o verbo estiver no futuro ou no condicional e não se enquadrar em nenhum dos casos em que se é obrigatória a próclise, o bom uso manda que se dividam os dois elementos constituintes desses tempos verbais e que se intercalem as formas pronominais de modo que de um lado esteja o verbo em sua forma infinitiva e de outro o presente do indicativo ou o imperfeito do verbo haver, com ou sem a presença do ‘h’ originário (mesóclise). Ex.: Contar-te-*hei* ou contar-te-ei toda a verdade.

No português hodierno, porém, suprimiu-se o ‘h’ das formas mesoclíticas.

Quando ocorre a presença de dois objetos junto a uma forma verbal, a boa colocação exige que o pronome objeto indireto preceda o direto, se este for expresso pelas formas pronominais ‘o’, ‘a’, ‘os’, ‘as’: Disse-lh’o ontem (350).

O objeto direto pode, no entanto, preceder o indireto, quando as formas diretas não sejam ‘o’, ‘a’, ‘os’, ‘as’. Ex.: Apresentou-*se-me* este homem só ontem! (350)

O pronome de forma objetiva ‘se’, quando atua como partícula apassivadora, obedece às mesmas regras de colocação.

O tema da colocação pronominal tardou em merecer a devida atenção pelos estudiosos da época, e isso favoreceu as mais distintas posições do pronome objeto direto, indireto e partícula apassivadora pelos grandes escritores.

Considerações finais

Oferecer um estudo sobre a descrição pronominal em textos específicos da gramaticografia brasileira é de suma importância para o estudioso do tema, visto conter nele todo um alinhavo do pensamento linguístico brasileiro dentro do tema proposto e dentro de um determinado segmento de tempo.

Conhecer a abordagem pronominal de Alfredo gomes nos leva a verificar que ela pouco se diferencia da concepção dos gramáticos hodiernos e que muitas de suas ideias defendidas no século XIX se mantiveram em nossos dias.

A divergência entre a concepção pronominal do século XIX e a do século XXI recai, sobretudo, na conceituação desta classe gramatical. Na *Grammatica portugueza*, o pronome aparece como o termo que substitui o nome (substantivo ou adjetivo), pronome ou membro de

uma frase ou oração, enquanto que na concepção moderna, esta classe pode, também, acompanhar o nome.

Uma vez que a definição de pronome do gramático restringe o campo de atuação desta classe pronominal, veremos que, conseqüentemente, a sua classificação, tipologia divergirão da concepção atual.

Em relação à tipologia, Gomes diz que os pronomes podem ser: pessoal, demonstrativo, conjuntivo-relativo, pronome absoluto e pronome indefinido. Já na abordagem atual, o pronome pode ser pessoal, demonstrativo, interrogativo, possessivo, indefinido e relativo.

No tocante à flexão pronominal, Gomes, assim como os gramáticos atuais, concebem o pronome como uma classe flexionável.

Por último, no que se refere à função desempenhada pela classe pronominal, podemos notar que o pronome pode desempenhar diversas funções, a saber: sujeito, emprego pleonástico, pronome reflexivo, objeto direto, objeto indireto, adjunto relativo (atual complemento nominal), adjunto restritivo (predicativo), pronome expletivo, plural de modéstia e pronome de respeito.

Referências bibliográficas

BASTOS, Neusa; PALMA, Dieli Vesaro. *História entrelaçada: a construção de gramáticas e o ensino de língua portuguesa do século XVI ao XIX*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

CANECA, Frei Joaquim do Amor Divino. *Gramática portuguesa: tratado de eloquência*. Edição comemorativa do Sesquicentenário do Brasil. Rio de Janeiro: Colégio Pedro II, 1972[1875].

Dias, Luiz Francisco. *Os sentidos do idioma nacional: as bases enunciativas do nacionalismo lingüístico no Brasil*. Campinas: Pontes, 1996.

FORTES, Inácio Felizardo. *Arte de grammatica portugueza*. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1916.

GOMES, Alfredo. *Grammatica Portugueza*. 18 ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1920 [1887].

KOERNER, Konrad. Persistent issues in linguist historiography. In: KOERNER, Konrad (ed). *Professing linguist historiography*. Philadelphia: JonhBenjamins Publishing Company, 1995.

MACIEL, Maximino de Araujo. *Grammatica descriptiva*. 8.ed, Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1922 [1894].

RIBEIRO, Erneto Carneiro. *Serões grammaticaes ou nova grammatica portugueza*. Bahia, Livraria Catilina de Romualdo dos Santos, 1890.

RIBEIRO, Júlio. *Grammatica portugueza*. São Paulo: Typ. de Jorge Seckler, 1881.

SANTOS, Jéssica Tavares dos. *A descrição do pronome nas gramáticas brasileiras do século XIX*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal Fluminense, 2011.